

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XIX
INTRODUÇÃO.....	XXV

PARTE I

SEMÂNTICA DA PRESUNÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO	1
----------------------------------------------------	---

CAPÍTULO 1

Os diversos conceitos de presunção nos diferentes ramos do conhecimento.....	3
1.1. A tarefa de definir: que é a própria definição?	5
1.2. A presunção na filosofia.....	11
1.3. A presunção na teoria da linguagem.....	15
1.3.1. Semiótica das presunções	17
1.4. A presunção na Teoria Geral do Direito	21
1.5. Presunção nos diferentes ramos do direito.....	27
1.5.1. Presunção no direito público	30
1.5.2. Presunção no direito privado	44
1.5.3. Presunção e direito civil.....	49
1.5.4. Presunção e direito penal	56

FLORENCE HARET

1.5.5. Presunção e direito administrativo	63
1.5.6. Presunção e direito processual	67
1.5.7. A presunção no direito tributário	72

CAPÍTULO 2

Plurissignificação do termo “presunção” no direito tributário	83
2.1. Acepções da palavra “presunção” no direito tributário	87
2.1.1. Presunção como previsão legal estendida	88
2.1.2. Presunção como previsão legal que inadmite contestação	88
2.1.3. Presunção como sanção	88
2.1.4. Presunção como técnica de apuração de tributo.	89
2.1.5. Presunção como forma de instituição de regime jurídico diferenciado	90
2.1.6. Presunção como técnica de simplificação fiscal.	90
2.1.7. Presunção como forma de exclusão de punibilidade pela prática reiterada.....	92
2.1.8. Presunção como técnica processual de inversão do ônus da prova	95
2.1.9. Presunção como meio de prova	96
2.1.10. Presunção como relação meio-fim.....	101
2.1.11. Presunção como processo lógico.....	109

CAPÍTULO 3

Por um conceito de presunção no direito tributário.....	113
3.1. Presunção de direito e presunção fora do direito: a distinção entre o enunciado presuntivo normativo e a figura da protopresunção	115
3.2. Presunção e teoria da linguagem: formas e funções de linguagem	117

TEORIA E PRÁTICA DAS PRESUNÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO

3.2.1. As funções de linguagem exercidas pela presunção no direito	122
3.2.1.1. Presunção como linguagem jurídica em função fabuladora	122
3.2.1.2. Presunção como linguagem jurídica em função metalinguística	124
3.2.1.3. Rememorando...	127
3.3. Ato, procedimento e norma: uma proposta de acepção da filosofia do direito	128
3.3.1. Ato, procedimento e norma na formação do fato presuntivo	129
3.4. Processo enunciativo das presunções	133
3.4.1. Presunção como enunciação	134
3.4.2. Presunção como enunciação-enunciada	143
3.4.3. Presunção como enunciado-enunciado	154
3.5. Conceito preliminar de presunção.....	158

CAPÍTULO 4

Presunção: associações e dissociações com seu conceito ...	163
4.1. Presunção, pressuposto, suposto e subentendido....	165
4.2. Presunção, dedução e indução	171
4.3. Presunção, conotação e denotação	181
4.4 Presunção, suporte físico, significado e significação ..	187
4.5. Presunção, símbolo, índice e ícone	187
4.6. Presunção e pauta fiscal	198
4.7. Presunção e arbitramento.....	207
4.8. Presunção e preços sugeridos por fabricantes e/ou industriais	218
4.9. Presunção e estimativa	223

FLORENCE HARET

4.10. Presunção e substituição	227
4.11. Presunção, prova e indício	233
4.12. Presunção e probabilidade.....	241
4.13. Presunção e ficção	251
4.14. Presunção e equiparação.....	261
4.15. Presunção, analogia e interpretação extensiva	271
4.16. Presunção e costume.....	291
4.17. Presunção e atos de fala	300
4.18. Presunção e regimes jurídicos especiais.....	303

CAPÍTULO 5

Ontologia da presunção	309
5.1. Conhecimento e objeto	310
5.2. Presunção como objeto.....	315
5.3. Objeto da presunção.....	316
5.4. Presunção e verdade	318
5.5. A construção da verdade fáctica pelo direito	320
5.5.1. Verdade por correspondência (ou ontológica).	324
5.5.2. Verdade por coerência.....	325
5.5.3. Verdade pragmática	327
5.5.4. Verdade consensual	328
5.5.5. Verdade formal.....	329
5.5.6. Verdade material	330
5.5.6.1. Existiria a “verdade material” que pre- ordena o processo administrativo tri- butário?	331
5.6. A verdade jurídica dos fatos.....	335
5.6.1. A verdade jurídica dos fatos tributários pre- sumidos	339

CAPÍTULO 6

Presunção e valor	347
6.1. Direito e valor	348
6.2. Valências das presunções	352
6.2.1. Valor lógico	353
6.2.2. Valor semântico	357
6.2.3. Valor pragmático	364
6.3. Função ou valor-meio das presunções.....	367
6.4. Finalidade ou valor-fim das presunções	373

CAPÍTULO 7

Classificação e espécies de presunção	381
7.1. Classificação e generalização.....	382
7.2. Sobre a diferença específica	385
7.3. Critérios adotados nas classificações tradicionais ...	386
7.3.1. Classificação quanto à previsão legal expressa	387
7.3.1.1. Presunção comum, hominis ou humana	389
7.3.1.2. Presunção legal ou iuris.....	390
7.3.1.3. Razão da inadmissibilidade do critério proposto	392
7.3.2. Classificação quanto à força probatória	392
7.3.2.1. Presunção absoluta ou jure et jure (iuris et de iure)	393
7.3.2.2. Presunção relativa ou juris tantum (iuris tantum).....	395
7.3.2.3. Presunção mista ou qualificada.....	396
7.3.2.4. Razão da inadmissibilidade do critério proposto	396

CAPÍTULO 8

Novos critérios classificatórios propostos	399
--------------------------------------------------	-----

FLORENCE HARET

8.1. Classificação quanto à relação estrutural com o sistema.....	401
8.1.1. Presunção jurídica de sistema ou presunção sistêmica	401
8.1.2. Presunção não sistêmica	404
8.2. Classificação quanto aos níveis objetivos de formação do enunciado presuntivo	404
8.2.1. Presunção de primeiro nível	406
8.2.2. Presunção de segundo nível	407
8.2.3. Presunção de terceiro nível ou presunção emprestada.....	409
8.2.3.1. Inadmissibilidade de presunção “emprestada” para fins tributários	411
8.3. Classificação quanto ao tipo de enunciado da presunção em seu ingresso no sistema jurídico	431
8.3.1. Presunção hipotética ou de enunciado presuntivo abstrato.....	432
8.3.2. Presunção factual ou de enunciado presuntivo concreto.....	434
8.4. Classificação quanto à revogabilidade do fato jurídico em sentido estrito	434
8.4.1. Presunção irrevogável ou compositiva de regime jurídico especial.....	437
8.4.2. Presunção revogável ou comum	439

PARTE II

SINTAXE DA PRESUNÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO	441
--------------------------------------------	-----

CAPÍTULO 1

Presunções e sistema jurídico positivo	445
1.1. Existência no direito.....	446
1.2. Validade, fontes do direito e revogação: Noções gerais	451

TEORIA E PRÁTICA DAS PRESUNÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO

1.3. Presunção de validade, validade <i>stricto sensu</i> e validade <i>lato sensu</i>	456
1.4. Presunção de validade como axioma	458
1.5. Presunção de validade como necessidade ontológica	461
1.6. O axioma da hierarquia no direito	463
1.6.1. Fundamento de validade das presunções	467

CAPÍTULO 2

Norma de presunção e tipos normativos	475
2.1. Normas jurídicas completas e incompletas.....	477
2.1.1. Presunções como normas jurídicas incompletas	478
2.2. Normas primárias e secundárias	480
2.2.1. Norma presuntiva primária.....	484
2.2.1.1. Presunções hipotéticas como normas substantivas	484
2.2.1.2. Presunção como norma sancionatória primária ou sanção administrativa	486
2.2.2. Norma presuntiva secundária.....	489
2.2.2.1. Presunção como norma técnica	490
2.2.2.2. Presunção como norma sancionatória secundária.....	494
2.3. Normas de estrutura e de conduta	499
2.3.1. Normas de estrutura presuntivas.....	503
2.3.2. Normas de conduta presuntivas	505
2.4. Normas gerais	506
2.4.1. Norma presuntiva geral e abstrata.....	507
2.4.2. Norma presuntiva geral e concreta.....	508
2.5. Normas individuais	509
2.5.1. Existiria norma presuntiva individual e con- creta?	509

2.6. Natureza das presunções 511

CAPÍTULO 3

Enunciado factual das presunções 513

3.1. Fato presumido e fato presuntivo 515

3.2. Presunção como metafato 517

3.3. Fato jurídico em sentido amplo, fato jurídico em sentido estrito e presunções..... 519

3.4. Presunção, fato jurídico tributário em sentido estrito e evento..... 522

3.5. Fatos presuntivos e fato jurídico em sentido estrito 524

3.6. Presunção de fatos ilícitos 529

3.6.1. Presunção e infrações objetivas..... 531

3.6.2. Presunção e infrações subjetivas..... 534

3.6.2.1. Presunção e prova do fato doloso..... 543

3.6.2.2. Presunção, prova e intenção simulatória 550

3.6.3. Presunções no campo da ilicitude 556

CAPÍTULO 4

Processo de positivação das presunções..... 557

4.1. Positivação da presunção hipotética ou do enunciado presuntivo abstrato..... 558

4.2. Positivação da presunção factual ou do enunciado presuntivo concreto..... 560

CAPÍTULO 5

Presunções e a Constituição da República de 1988 565

5.1. Os princípios no subsistema constitucional tributário 565

5.2. Presunções e o princípio da certeza do direito..... 569

5.3. Presunções e segurança jurídica..... 575

TEORIA E PRÁTICA DAS PRESUNÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO

5.4. Presunções e limites ao poder de tributar.....	580
5.5. Presunções e legalidade ou tipicidade estrita tributária.....	584
5.6. Presunções e igualdade	594
5.7. Presunções e capacidade contributiva.....	598
5.8. Presunções e o princípio da propriedade e da proibição de tributo com efeito de confisco.....	604
5.9. Presunções e proporcionalidade	609
5.10. Presunções e irretroatividade da lei tributária	614
5.11. Presunções e anterioridade da lei tributária	617
5.12. Presunções, devido processo legal, ampla defesa e contraditório.....	620
5.13. Presunções e o princípio da unicidade probatória	624
5.14. A relevância das limitações constitucionais na formação das presunções de direito tributário	629

CAPÍTULO 6

Presunção na regra-matriz de incidência.....	631
6.1. Presunção no critério material.....	634
6.1.1. Lucro presumido	634
6.1.2. Imóvel residencial ou imóvel comercial para fins de incidência do IPTU à alíquota de 1,0 % ou 1,5 %, respectivamente	639
6.2. Presunção no critério espacial.....	644
6.2.1. Entrada simbólica de mercadoria no estabelecimento.....	645
6.2.2. Presunção de operação interna no ICMS	649
6.3. Presunção no critério temporal.....	650
6.3.1. ITCMD e o tempo da morte	651

FLORENCE HARET

6.3.2. Presunção do momento de disponibilização do lucro auferido no exterior	659
6.4. Presunção no critério subjetivo.....	674
6.4.1. Equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas, ou adquirentes de produtos importados, a industrial pela legislação do IPI.....	674
6.4.2. Substituição tributária “para frente”.....	678
6.5. Presunção no critério quantitativo	682
6.5.1. Preço de transferência.....	683
6.5.2. Valor venal do imóvel na planta genérica	696

PARTE III

PRAGMÁTICA DA PRESUNÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	699
----------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO 1

Elementos compositivos das presunções no domínio tributário	703
1.1. Nexo entre fatos baseado em características de semelhanças essenciais	703
1.1.1. Características secundárias e sua inaplicabilidade para fins presuntivos	707
1.2. Conceito relativo ao real.....	708
1.3. <i>Ratio legis</i> de direito tributário.....	709

CAPÍTULO 2

Limites ao emprego de presunções	713
2.1. Limites formais <i>versus</i> limites materiais	714
2.2. Limitações ao legislador para presumir	716
2.2.1. Limites materiais ao legislador para presumir	717

TEORIA E PRÁTICA DAS PRESUNÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO

2.2.1.1. Genus comum aos fatos e ratio legis semelhantes em direito tributário.....	726
2.2.2. Limites formais ao legislador para presumir ..	728
2.2.2.1. Direito à restituição	729
2.2.2.2. Direito de petição.....	738
2.3. Limitações ao aplicador para presumir	739
2.3.1. Limites materiais ao aplicador para presumir	741
2.3.2. Limites formais ao aplicador para presumir....	751
2.3.2.1. Necessária prova pelo Fisco dos requisitos expressos objetivamente na norma processualística fiscal.....	752

CAPÍTULO 3

Presunção inválida e ato presuntivo viciado.....	755
3.1. Teoria dos atos jurídicos: elementos e pressupostos do ato normativo	757
3.2. Ato nulo e ato anulável: técnicas de invalidação das normas jurídicas.....	759
3.3. Erro de fato	761
3.3.1. Erro de fato na presunção.....	762
3.4. Erro de direito	765
3.4.1. Erro de direito na presunção.....	766

CAPÍTULO 4

Técnicas jurídicas de controle de atos normativos viciados	773
4.1. Revogação da norma presuntiva geral e abstrata	774
4.1.1. Haveria revogação tácita da norma presuntiva?	775
4.1.2. Necessidade de revogação expressa da norma presuntiva	777
4.1.3. Por um critério para a solução de antinomias reais da norma presuntiva	778

FLORENCE HARET

4.2. Anulação do fato presumido: conceitos gerais.....	783
4.2.1. Desconstituição do fato presumido pelo Fisco	787
4.2.2. Pedido de anulação do fato presumido pelo contribuinte.....	795
4.3. Processo decisório do Poder Judiciário em face de conflito da norma presuntiva e outras regras do sistema.....	799
CONCLUSÕES	805
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	847
RESUMO.....	867
SUMMARY	869
RÉSUMÉ.....	871